LEI Nº 255

DE 13 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2.009 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOMINGOS MOURÃO, ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que a Câmara Municipal de Domingos Mourão-PI aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1º**. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Domingos Mourão PI, para o Exercício Financeiro de 2009, nos termos do art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 4.320/64, e nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00, compreendendo:
 - I Das prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
 - III A organização e estrutura dos orçamentos;
 - IV Disposições relativas à Dívida Municipal;
 - V Disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;
 - VI As disposições relativas aos dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais;
- **VII** As disposições sobre alterações tributárias do Município e medidas para o incremento da receita, para o Exercício Financeiro correspondente;
 - VIII Outras disposições.

Parágrafo Único – As diretrizes aqui estabelecidas orientarão na elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município, relativa ao referido Exercício Financeiro.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

- **Art. 2º**. As prioridades e metas da Administração Municipal para o Exercício Financeiro de 2009 serão fixadas em consonância com o Art. 4º da Lei Complementar 101/00, bem como o Art. 165, § 2º, da Constituição Federal, em que são especificadas no Anexo I, que integra esta Lei, a serem detalhadas na programação orçamentária para o Exercício Financeiro de 2009:
 - I. Austeridade na utilização dos recursos públicos;
 - II. A prestação de serviços educacionais de qualidade;
 - III. A garantia de serviços de atenção e prevenção da Saúde e Saneamento Básico;
 - **IV.** A promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;
 - V. A assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;
 - VI. A geração de emprego e renda através de cursos que qualificam a mão de obra local e da garantia de crédito;
 - VII. A habitação e o urbanismo habitação popular e infra-estrutura urbana e rural;
 - **VIII.** A promoção da agricultura e do abastecimento;
 - IX. Recuperação e preservação do meio ambiente;
 - **X.** O planejamento das ações municipais com vistas à racionalização, eficiência, efetividade e eficácia.

Parágrafo Único - Na elaboração do Projeto de Lei do PPA (Plano Plurianual) e da proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2009, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesas orçadas com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas,

significando dizer que as metas estabelecidas não constituem limite à programação de despesa.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

- **Art. 3º**. A Lei Orçamentária Anual obedecerá a elaboração do Orçamento do Município de Domingos Mourão PI, relativo ao Exercício Financeiro de 2009, as diretrizes gerais e específicas de que trata este capítulo consubstanciadas no texto desta Lei.
 - Art. 4°. A receita total é estimada no mesmo valor da despesa total.
- **Art.** 5°. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2009 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o principio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
- **Art. 6º**. A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2006/2009, que tenha sido objeto de projetos de Leis especificas.
- **Art. 7º**. A elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2009, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus fundos e entidades da administração Direta e Indireta, assim como a execução obedecerá às diretrizes estabelecidas nesta Lei.
- **Art. 8º**. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base a execução orçamentária observada no período de janeiro a junho de 2007, observando-se:



CEP 64.250-000 Tel.: 86 3278-1233 – Domingos Mourão-PI E-mail da Prefeitura: pmdmoura@hotmail.com

I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo, poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

- **II.** Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.
- III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e na fixação de despesa, os efeitos econômicos de Domingos Mourão da ação governamental.
- IV. A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações de expansão.
- V. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e outras despesas com o custeio administrativo e operacional.
- VI. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos deles de Domingos Mourão na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma do disposto na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.
- **VII**. A aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde cumprirá ao disposto na Ementa Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, que determina que a partir de 2.004, a referida aplicação deverá ser de no mínimo 15% (quinze por cento).
- **VIII**. Constará da Proposta Orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo Legislativo, com destinação e vinculação a projeto específico.
- **IX.** Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas as metas programáticas setoriais constantes na presente Lei.
- XI. Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortizações e outros encargos.
- X. Será estabelecido a Reserva de Contingência, em até 1% (um por cento), cuja forma de utilização e montante, estará definida com base na Receita Domingos Mourão



CEP 64.250-000 Tel.: 86 3278-1233 – Domingos Mourão-PI

E-mail da Prefeitura: pmdmoura@hotmail.com

Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 9º. As despesas à conta de Investimentos em Regime de Execução Especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas, de Domingos Mourão de calamidade pública declarada pelo Município, na forma do Art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 10. O Poder Executivo poderá firmar convênio, com vigência máxima de 02 (dois) anos, com outras esferas de governo, visando o desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, esporte e lazer, obras e serviços gerais, dentre outros necessários ao desenvolvimento do Município, podendo firmar termos aditivos aos respectivos convênios.

Parágrafo Único. As contrapartidas financeiras de convênios, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do Município.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

- **Art. 11**. O Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Decreto, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município.
- § 1º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:
 - 1 pessoal e encargos sociais;
 - 2 juros e encargos da dívida Interna;
 - 3 outras despesas Domingos Mourão;

E-mail da Prefeitura: pmdmoura@hotmail.com

- 4 investimentos;
- 5- inversões financeiras, nelas incluídas quaisquer despesas com constituição ou aumento de capital de empresas;
 - 6 amortização da dívida.
- § 2º. A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado da ação pública.
- § 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada Projeto e Atividade, sem prejuízo da codificação funcionais programáticas adotadas um código numérico seqüencial.
- § 4°. A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:
- I Transferências Intragovernamentais a Entidades não integrantes dos
 Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (15);
 - II Transferências à União (20);
 - III Transferências a Estados e ao Distrito Federal (30);
 - IV Transferências a Municípios (40):
 - V Transferências a Instituições Privadas (50);
 - VI Aplicações Diretas Administração Municipal (90).
- **Art. 12.** As operações de crédito por antecipação da receita, contratados pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do Exercício Financeiro; em que forem contratadas.

<u>CAPÍTULO IV</u> DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 13. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária Anual:

- I Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade
 Social, bem como do conjunto dos 02 (dois) últimos orçamentos, apresentado de forma sintética e agregada, evidenciando déficit ou superávit e o total de cada um dos orçamentos;
- II Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; bem como do conjunto dos 02 (dois) últimos orçamentos, segundo as categorias e subcategorias econômicas;
- III Quadro Resumo das despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade
 Social, bem como do conjunto dos 02 (dois) últimos orçamentos;
 - a) Por classificação institucional;
 - b) Por função;
 - c) Por sub-função;
 - d) Por programa;
 - e) Por grupo de despesa;
 - f) Por modalidade de aplicação; e
 - g) Por elemento de despesa.
- IV Demonstrativo dos recursos destinados à Manutenção do Ensino
 Fundamental, do Ensino Infantil e do Desenvolvimento do Ensino;
- V Demonstrativo dos investimentos consolidados nos 03 (três) últimos orçamentos do Município;
- VI Demonstrativo da despesa por grupo de despesa e fonte de recursos identificando os valores em cada um dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em termo global e por órgãos;
- **VII** As tabelas explicativas de que trata o art. 22, inciso III, letras A, B e C, sobre a evolução da receita, letras D, E e F sobre a evolução da despesa, conforme a Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DIVIDA MUNICIPAL

- **Art. 14.** O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.
- **Art. 15.** O Projeto de lei orçamentária poderá incluir, na composição total da receita recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.
- **Art. 16.** A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar 101/2000.
- **Art. 17.** As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, ate a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária Anual.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

- **Art. 18**. O Orçamento Fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.
- **Art. 19**. O Orçamento Fiscal do Município abrangera todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do Poder Legislativo.



CEP 64.250-000 Tel.: 86 3278-1233 – Domingos Mourão-PI E-mail da Prefeitura: pmdmoura@hotmail.com

§ 1º. Serão excluídos do Orçamento Fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 20. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da Administração Direta, vinculadas à áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social e obedecerá ao definido na Lei dos Fundos de Saúde e Assistência Social e da Lei Orgânica do Município.

Art. 21. O Orçamento de investimentos previsto na Lei Orgânica do Município detalhará individualmente por categoria de programação e natureza da despesa as aplicações destinadas às Despesas de Capital, constantes da presente Lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÁS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

- **Art. 22.** As despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta, ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida; sendo 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, §§ 1° e 2° do Art. 19 e inciso III, §§ 1° do Art. 20, da Lei Complementar n.º101, de 04 de maio de 2000, bem como ao disposto no Art. 182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.
- § 1º. A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supramencionados Arts. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000 será realizada ao final de cada semestre.
- § 2º. Entendem-se como Receitas Corrente Líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das Receitas Correntes da Administração Direta e Indireta, excluídas as Receitas relativas a contribuição dos servidores para custeio do sistema de Previdência e Assistência Social, conforme inciso IV, letra c do art. 2º da Lei Complementar n.º 101, de 04 .05.2000.

- § 3º. O limite estabelecido para Despesas de Pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e Indireta, nas seguintes despesas:
 - I Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
 - II Obrigações Patronais (encargos sociais);
 - III Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
 - IV Subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito;
 - V Subsídios dos Vereadores;
 - VI Outras Despesas de Pessoal.
- § 4º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da Administração Direta, Autarquias e Fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do Exercício Financeiro e obedecerão ao limite do *caput* deste artigo.
- § 5º. Os valores dos Contratos de Terceirização de Mão de Obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- § 6°. O pagamento de precatórios judiciais deverão obedecer aos preceitos e regras capituladas na Emenda Constitucional n° 30, de 13 de setembro de 2000.
- **Art. 23**. Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos reconhecida de utilidade pública; a pessoas física-carentes, mediante processo interno, nas áreas de educação, saúde e assistência social.
- § 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos Planos de Aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.
- § 2º. Os prazos para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do Exercício Financeiro.

E-mail da Prefeitura: pmdmoura@hotmail.com

§ 3º. Fica vedada à concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

SEÇÃO I

DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O REPASSE Á CÂMARA

Art. 24. A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas às despesas do Poder Legislativo Municipal ocorrerá conforme o disposto no Art.29 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Parágrafo único. O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20 (vinte) de cada mês 8% (oito por cento) de sua receita, relativa ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5° do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo-se os valores de convênios, alienações de bens, fundo especial e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tornando este poder independente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

- Art. 25. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2009, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequentemente aumento das receitas próprias.
- **Art. 26**. O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara propostas de alterações na Legislação Tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:
 - I Adequação das alíquotas dos tributos Municipais;
 - II Priorização dos tributos diretos;

E-mail da Prefeitura: pmdmoura@hotmail.com

III – Aplicação da justiça fiscal;

IV – Atualização das taxas;

 ${f V}$ – Reformulação dos procedimentos necessários a cobrança dos tributos municipais.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O Poder Executivo enviará até o dia 30 (trinta) do mês de setembro do ano de 2008 o Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que apreciará até o final da Sessão Legislativa devolvendo-o a seguir para sanção.

Parágrafo Único. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado até o início do Exercício Financeiro de 2009, fica o Legislativo Municipal autorizado a adotar a Lei Orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do Parágrafo Único do art. 34 da Constituição Estadual.

Art. 28. Deverá ser utilizada a classificação orçamentária da despesa pública na forma da Portaria SOF/SEPLAN n°. 5, de 20 de maio de 1999, que compõem todas as alterações que constituem o novo Ementário de Classificação das Despesas Públicas, e a Portaria SOF/SEPLAN N.º42 de 14. 04.99, que Atualiza a discriminação por Função de governo, que tratam o inciso I, do § 1°, do art. 2° e, § 2°, do art., 8°, ambos da Lei 4320/64 e portarias SOF/SEPLAN N° 163 de 04.05.01, N° 180 de 21.05.01 e N° 325 de 27.08.01 que atualiza os elementos de despesa.

Parágrafo Único – Conforme o disposto na Portaria SOF/SEPLAN n.º 42, de 14 de abril de 1999, os Programas serão identificados, mediante, a criação de codificação com 04 dígitos de numeração seqüencial.

Art. 29. A Lei Orçamentária Anual será sancionada até 31 de dezembro de 2008, acompanhada do Quadro de Detalhamento de Despesa – Q.D.D., especificando por órgão, os



projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados.

- § 1º As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesas, observados os limites fixados na Lei Orçamentária.
- I Os Projetos de Lei Orçamentárias Anuais e de Créditos Adicionais, bem como suas propostas de modificação referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentadas com a forma e o detalhamento de despesa estabelecida nesta Lei.
- II Os Decretos de Abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidos e das fontes de recursos que os atenderão.
- § 2º Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.
- **Art. 30.** Efetuar com estrita observância a emissão de relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do art. 63 da Lei Complementar N.º101/2000 de 04 de maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.
- **Art. 31.** São vedados quaisquer procedimentos no âmbito do sistema de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
- **Art. 32.** Fica o Poder Executivo e legislativo autorizado a realizar concurso público para preenchimento de vagas e cargo no âmbito da administração municipal, observados os limites constantes do artigo 22 da presente Lei.
- **Art. 33.** A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as

alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DOMINGOS MOURÃO, Estado do Piauí, aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e oito.

♦ ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI 255, DE 13 DE JUNHO DE 2008.

01.01 CÂMARA MUNICIPAL

- 1. Construção e Recuperação do Prédio da Câmara Municipal.
- 2. Aquisição de Equipamento e Material Permanente.
- 3. Aquisição de veiculo.
- 4. Manutenção da Câmara Municipal
- 5. Contribuição a Entidades.

02.01 GABINETE DO PREFEITO

- 1. Encargos com a Assessoria Jurídica.
- 2. Ampliação e recuperação da Sede da Prefeitura.
- 3. Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.
- 4. Aquisição de veículos.
- 5. Manutenção do Gabinete do Prefeito.
- 6. Segurança Pública.
- 7. Manutenção da Junta de Serviço Militar.
- 8. Contribuição a entidades
- 9. Publicações Oficiais.
- 10. Encargos com a Assessoria de Imprensa

02.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

- 1. Indenização Administrativa e Sentenças Judiciais.
- 2. Aquisição de equipamentos e material permanente.
- 3. Manutenção Administrativa e Financeira.
- 4. Manutenção do Setor de Tributação.
- 5. Qualificação de pessoal
- 6. Encargos com serviços postais.
- 7. Encargos com serviços de radiofusão e serviços de TV.
- 8. Encargos com divida interna.

- 9. Encargos com a PASEP.
- 10. Reserva de contingência.
- 11. Criação do Plano Diretor.
- 12. Obrigações Patronais.

02.02 CONTRALADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM.

- 1. Equipamentos e material permanente.
- 2. Manutenção da CGM.

02.04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

- 1. Construção ampliação de prédios públicos.
- 2. Aquisição e desapropriação de imóveis.
- 3. Urbanização, pavimentação de vias e logradouros públicos.
- 4. Manutenção da limpeza pública.
- 5. Construção, ampliação e reformas de cemitérios públicos.
- 6. Manutenção de cemitérios públicos.
- 7. Serviços funerários.
- 8. Construção ampliação e reformas de praças públicas.
- 9. Manutenção de praças.
- 10. Melhoria habitacional.
- 11. Abastecimento e distribuição d'água urbana e rural.
- 12. Distribuição da rede de energia elétrica urbana e rural.
- 13. Manutenção da rede de energia elétrica urbana e rural.
- 14. Construção, recuperação de estradas e rodovias.
- 15. Manutenção de estradas e rodovias.

02.05 SECREATRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- 01. Manutenção do ensino fundamental.
- 02. Construção, ampliação e reformas de Unidades Escolares.
- 03. Aquisição de Equipamento para Escolas municipais.

- 04. Aquisição de Imóveis.
- 05. Programa de Alimentação Escolar.
- 06. Treinamento e Capacitação de Professores.
- 07. Assistência aos Estudantes Carentes.
- 08. Aquisição de um Transporte Escolar.
- 09. Manutenção do transporte escolar.
- 10. Construção, ampliação e reformas de creches.
- 11. Aquisição de Equipamentos para Creches.
- 12. Manutenção de creches.
- 13. Educação especial.
- 14. Construção, ampliação e reforma da Biblioteca Pública.
- 15. Aquisição de equipamentos e acervos para a Biblioteca Pública.
- 16. Manutenção de Biblioteca Publica.
- 17. Atividades Culturais.
- 18. Alfabetização de jovens e adultos.
- 19. Construção, ampliação e reforma do estádio municipal.
- 20. Apoio ao Desporto Amador.

02.06 SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE.

- 01. Construção e recuperação de unidades sanitárias.
- 02. Construção e recuperação de aterro sanitário.
- 03. Construção de fossas sépticas.
- 04. Aquisição de veículos.
- 05. Aquisição de imóveis p/ aterro sanitário.
- 06. Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.
- 07. Construção, ampliação e reforma de galerias e canais de drenagem.
- 08. Programa de Atenção Básica.
- 09. Vigilância epidemiológica e sanitária de doenças.
- 10. Assistência médica e hospitalar.
- 11. Aquisição de unidade móvel de saúde.

- 12. Aquisição de equipamento e material permanente.
- 13. Construção, ampliação e reformas de postos de saúde.
- 14. Programa saúde da família.

02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ANGROINDÚSTRIA E NEGÓCIOS.

- 01. Apoio a produção agrícola.
- 02. Fortalecimento da infra-estrutura agrícola.
- 03. Construção e recuperação de casa de farinha.
- 04. Implantação do projeto comunitário de irrigação.
- 05. Programa de distribuição e mudas.
- 06. Construção, ampliação e reforma do matadouro e mercado público.
- 07. Aquisição de equipamentos e material permanente.
- 08. Manutenção da Secretaria.
- 09. Incentivo a Apicultura, Avicultura e Caprino cultura.

02.08 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HIDRICOS E TURISMO.

- 01. Preservação do meio ambiente.
- 02. Aquisição de equipamentos e material permanente
- 03. Manutenção da Secretaria.
- 04. Construção e recuperação de feiras para pequenos animais.
- 5. Construção, ampliação e recuperação de matadouro e mercado público.
- 6. Construção e recuperação de feira para pequenos animais.
- 7. Manutenção de mercados, feiras e matadouros.

02.09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 1. Manutenção do Conselho Tutelar.
- 2. Construção e ampliação do centro de convivência ao idoso.
- 3. Proteção Social ao idoso.
- 4. Proteção Social ao deficiente.
- 5. Proteção Social a criança.

- 6. Proteção Social ao jovem.
- 7. Atendimento emergencial a calamidade.
- 8. Proteção Social a família e a infância.
- 9. Manutenção da Secretaria.
- 10. Apoio social a comunidade.
- 11. Geração de rendas.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DOMINGOS MOURÃO, Estado do Piauí, aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e oito.

Domingos José R. Cavaleiro Prefeito Municipal